

A Universidade, o Pimentas e o lugar das humanidades

Prof. Dr. Daniel Arias Vazquez

DCS – EFLCH/ Unifesp

A crise da EFLCH pode ser explicada pelo endereço da nossa escola? Nosso projeto pedagógico, de excelência acadêmica na área de humanidades, só poderá ser concretizado com a saída do bairro de Pimentas? Este é o debate que estamos prestes a fazer em um cenário de total incerteza: não sabemos quando, quais e, agora, nem onde serão as aulas neste segundo (ou melhor, primeiro) semestre de 2012.

Para tentar contribuir com este debate, analisarei os argumentos principais levantados por aqueles que defendem a saída de Pimentas, evitando citações, justificativas teóricas, etc. Com isso, quero ir direto ao ponto, respeitando o debate e meus interlocutores, mesmo quando refuto seus argumentos, faço no campo exclusivo das ideias. Meu objetivo é deslocar os termos do debate que não podem, de forma alguma, ser estes que alguns defensores da mudança de endereço colocam: sair de Pimentas em nome da qualidade e, por outro lado, permanecer em Pimentas inviabiliza a consolidação do nosso projeto político-pedagógico.

O primeiro argumento é que, distantes de equipamentos culturais, não é possível ter excelência na área de humanidades. Primeiramente, devemos questionar se apenas a cultura erudita deve ser considerada neste argumento. Por que uma ópera no Teatro Municipal ou uma exposição no MASP é, necessariamente, mais enriquecedora culturalmente do que a literatura de cordel ou um show de Rap, especialmente para disciplinas que pretendem analisar a complexidade da sociedade? Em segundo, estar próximo não significa ter acesso, já que os preços cobrados em muitos casos são bastante altos.

Mesmo assumindo o conceito de “cultura formal” e o acesso facilitado pela proximidade, creio que isto não é um pré-requisito para a oferta de cursos de humanas de qualidade. Se fosse, as universidades federais de estados menos desenvolvidos não poderiam oferecer estes cursos, ou alguém defende que, em Guarulhos, estamos mais distantes de cinemas de arte, de espetáculos teatrais ou de concertos de música clássica do que nossos colegas de Roraima, Tocantins ou do Recôncavo Baiano, por exemplo? Será que os professores da UFRR, UFT e UFRB poderiam reivindicar a refundação dos seus campi em locais mais centrais? Claro que isto não faz o menor sentido! Então, por

que faria no caso da EFLCH? Talvez porque nós devemos buscar a excelência e eles não têm este mesmo objetivo. Julgo que seria, no mínimo, arrogante este argumento.

Não seria preciso ir tão longe. Vamos pensar nos campi da Unesp, por exemplo, Araraquara, onde há cursos de humanas de qualidade, apesar da distância de 330km da capital e da localização em uma cidade com cerca de 200 mil habitantes, por onde a rota principal de cultura dificilmente passa. Lembro que, quando fiz a graduação lá na segunda metade dos anos 1990, era impossível fugir do circuito comercial de cinema, pois quando entrei existiam apenas 3 cinemas e quando sai ficou apenas 1, pois os dois de rua viraram igrejas evangélicas. Antes disso, porém, frequentei bastante o CineCampus, promovido pela FCL, duas vezes por mês, com ingressos a R\$1. Quando o cinema fechou, outros filmes passaram a ser exibidos no campus gratuitamente. Sem dúvida, esta iniciativa poderia adotada na Unifesp e poderíamos promover, com mais frequência e regularidade, sessões de cinema e debates riquíssimos no teatro Adamastor Pimentas ou no CEU.

Dessa forma, a presença da universidade pode contribuir para reduzir um eventual “isolamento cultural”. Não seria, justamente, este um dos seus papéis e a justificativa para a oferta de cursos de humanidades? Ou será que este tipo de atividade cultural não interessaria ao povo de Pimentas? Não seria interessante formar público aqui ou este é um tipo de cultura que a população da periferia não demanda?

Creio que este argumento do isolamento cultural é o mais grave de todos e, por isso, comecei por ele. Em suma, não creio que o nosso projeto pedagógico de excelência em humanidades esteja comprometido porque estamos isolados culturalmente em Pimentas, seja pelo pressuposto utilizado para definir cultura, seja pela rejeição dos moradores ao cardápio variado de iniciativas culturais que a EFLCH poderia oferecer.

O próximo argumento é a crítica ao pacto político entre o MEC e a Prefeitura de Guarulhos, com o qual “nada temos a ver e que não pode nos condenar a permanecer no Pimentas”. Entendo que todas as decisões políticas são influenciadas por cálculos eleitorais e, as instalações de equipamentos públicos para consolidar bases eleitorais, fazem parte da estratégia de qualquer projeto político. No entanto, considero bastante simplista a análise de que a instalação da Unifesp em uma periferia é uma ação exclusivamente eleitoreira.

Pelo que estudei, uma das formas de promover desenvolvimento regional é com a instalação de uma nova atividade motriz, capaz de produzir para além do consumo interno, ou seja, uma atividade “exportadora”. A criação de uma universidade pública é

um caso exemplar, pois “produz” ensino e pesquisa para além das fronteiras locais, atrai nova população (professores, estudantes e funcionários), faz circular renda e, pelo efeito multiplicador, dinamiza as demais atividades (comércio, negócios imobiliários, etc.). Por que a instalação da Unifesp no Pimentas não seria cumpridora deste papel?

Portanto, entendo como legítima que a escolha do local do campus seja tomada pelo acordo entre os governos federal e municipal, a fim de atender à reivindicação da população por uma universidade pública (bandeira de movimentos sociais) até então inexistente no segundo maior município do estado e que a instalação do campus pudesse servir como forma de promover o desenvolvimento local, na expectativa (também legítima) que os cursos de humanidades pudessem realizar ações voltadas à comunidade local naquilo que lhe cabe¹.

Apesar das dificuldades, creio que estamos cumprindo este papel! Não quero destacar exemplos para não cometer injustiças, mas não são poucas as iniciativas bem sucedidas de atividades de extensão. De acordo com a visão que tenho de universidade pública, considero justo que a comunidade local reivindique mais, bem como creio que poderíamos estar fazendo mais também. O fato é que tudo isso só está em pauta porque lá estamos, criamos vínculos com o território, somos pressionados pela realidade que nos cerca e, ao mesmo tempo, cobrados a desempenhar o papel que uma universidade pública deve ter como instrumento de transformação social, ainda mais quando nos referimos aos cursos de humanas.

Ao invés disso, alguns preferem interpretar que nossa localização significa uma desvalorização das humanidades e que a mudança de endereço significaria igualar o status com as escolas de medicina e direito que não estão localizadas em uma periferia. Uma leitura crítica deste argumento é a seguinte: se, por algum motivo, tais cursos não são ofertado na periferia, nós devemos reivindicar o mesmo. Buscar, desta forma, o lugar das humanidades é outro grave equívoco, pois depõe contra o que muitos de nós criticamos em sala de aula: a concentração espacial de serviços públicos em áreas centrais, normalmente ocupadas pelos estratos de renda mais altos da sociedade.

¹ Na minha avaliação, a alocação de recursos e/ou equipamentos públicos feita por governos eleitos democraticamente é muito mais legítima do que seria uma decisão tecnocrática, a qual é muito mais permeável aos interesses de grupos de interesses mais diretamente envolvidos. Mesmo sabendo que governos também tomam, em diversas oportunidades, decisões tecnocráticas, creio que o atendimento de uma antiga reivindicação de movimentos sociais do 2º maior município do Estado para a instalação de uma universidade pública não pode ser julgada desta forma, diferentemente da decisão por uma eventual saída de Guarulhos tomada exclusivamente no âmbito da Unifesp.

Já a reivindicação por melhores condições de ensino é bastante legítima e, junto disso, deve-se reconhecer que faltou planejar melhor e promover outras transformações no território, como facilitar as vias de acesso à universidade. Nesta direção, surge o argumento de que o projeto pedagógico da EFLCH está comprometido pela dificuldade de acesso ao campus, trazendo prejuízos à convivência universitária. Quanto a isso, primeiramente, vale ressaltar que a questão do acesso não parece ser um problema específico da EFLCH. Ou o acesso ao campus principal da USP é fácil? Qual a proporção de alunos da USP que demora menos de 1 hora para chegar ao campus? Sem dúvida, a linha amarela facilitou, mas quanto tempo demorou para que o Metrô chegasse até lá? Contudo, a comparação entre Cidade Universitária da USP e campus Guarulhos da Unifesp não parece ser justa. Claro que nosso problema de mobilidade é muito maior! Do ponto de vista daqueles que moram na Zona Oeste, sem dúvidas. A mesma coisa seria válida para a Unicamp, cujo campus é bastante distante do centro de Campinas, caso Barão Geraldo não fosse um distrito de alta renda, o nível sócio-econômico dos alunos mais elevado e a política de assistência estudantil mais abrangente para alunos pobres que ingressam naquela universidade.

Em segundo lugar, os deslocamentos até Pimentas nos fez conhecer o problema da mobilidade urbana que os nossos vizinhos sentem há muito mais tempo e de forma mais grave (sem fretados). A qualidade do transporte coletivo não seria uma luta que a comunidade acadêmica deveria encampar? Já há conquistas parciais, como o Terminal Pimentas e a criação de novas linhas intermunicipais de ônibus (Itaquera-Unifesp), além das soluções internas como os fretados e o iminente convênio “Porte Orca”. Claro que são medidas paliativas e que ainda há muito que ser feito para melhorar o acesso ao campus, mas isso não justifica a saída da Unifesp com pouco mais de 5 anos de vida no Pimentas!

E qual é real dimensão do prejuízo que isso traz ao nosso projeto pedagógico? Se considerarmos que nossos alunos gastam bastante tempo nas viagens e que perdem a convivência na vida universitária devido às dificuldades de acesso e fixação no Pimentas, há prejuízos que precisam ser reconhecidos. Entretanto, a mudança para o Centro de São Paulo, por exemplo, eliminaria totalmente este entrave? Uma resposta definitiva demandaria um estudo profundo de origem-destino aplicado à comunidade acadêmica, mas creio que há outros determinantes que precisam ser considerados, como o perfil sócio-econômico da maioria dos nossos estudantes.

Caso não haja interesse em “elitizar” nossa escola, parte significativa do nosso corpo discente ainda será composta por alunos-trabalhadores e, portanto, a convivência universitária será naturalmente restringida e o trajeto casa-trabalho-universidade continuará penoso, pois dificilmente estes três lugares coincidirão. Além disso, caso a EFLCH mudasse para um local mais central, o projeto de moradia estudantil ou a fixação dos estudantes em repúblicas seriam dificultados devido ao custo da terra mais elevado. Por fim, seria preciso verificar a real disponibilidade de algum terreno em região central capaz de abrigar um campus universitário com espaços de convivência que estimule a vida universitária plena.

Da mesma forma, não é possível ser conclusivo no que tange à relação entre a localização do campus e a evasão dos cursos, outro argumento levantado por aqueles que defendem a saída de Pimentas. Minha hipótese - a ser testada por um estudo que terá início neste semestre - é que a distância é, certamente, um fator associado, mas está distante de ser a causa principal da evasão. Em levantamentos preliminares, a distância não aparece como o fator principal apontado pelos alunos e nem foi capaz de discriminar os desistentes dos alunos em curso, já que ambos enfrentavam este problema igualmente. Em outras palavras, se a distância fosse um determinante altamente relevante para a evasão, os alunos que desistiram seriam aqueles que dispensavam mais tempo para chegar ao campus², mas não é isso que acontece.

Certamente, um fator mais relevante para explicar a evasão e a dificuldade em consolidar o projeto pedagógico da EFLCH é a falta de infra-estrutura do campus atual. No entanto, quando se usa este argumento em defesa da mudança, transferem-se indevidamente problemas relacionados à ineficiência da gestão universitária³ para o bairro/município que nos abriga. Em nada tem a ver a localização do campus com o atraso nas obras e na política de aquisição de terras, com a falta de moradia estudantil ou, ainda, com os problemas de conexão à internet. É possível buscar soluções para estes problemas sem sair do Pimentas!

² Prefiro não comentar a hipótese levantada que os evadidos são alunos melhores que rejeitam a Unifesp ao se depararem com a localização do campus e, em contrapartida, permanecem na escola os alunos que desempenho acadêmico mais baixo que não possuem outras alternativas, inviabilizando o projeto acadêmico da EFLCH.

³ Aqui não é uma crítica específica à atual gestão (diretoria ou reitoria), tal avaliação está fora do escopo deste texto. Trata-se, então, de uma análise mais geral relativa às dificuldades de lidar com processos administrativos e com a gestão de recursos financeiros por parte dos gestores acadêmicos, tendo como agravante a escassez no quadro de funcionários e a desvalorização das carreiras técnico-administrativas nas universidades federais.

Enquanto não conseguimos licitar um prédio, obter a conexão com redes de alta velocidade que passam pela Dutra ou viabilizar a fixação dos alunos carentes com um projeto de moradia, recorreremos por diversas vezes à Prefeitura de Guarulhos que nos fornece salas no CEU e, mais recentemente, os galpões alugados, além dos serviços gerais de manutenção do nosso campus. Sem esquecer, de um lado, a ajuda recebida e, de outro, as contrapartidas do Reuni, a discussão sobre a saída ou permanência do campus em Pimentas precisa envolver o poder público municipal e a comunidade local, além do próprio MEC. Ao iniciar esta discussão deslegitimando o acordo político entre prefeitura e MEC, subestimando a população local e fazendo com que estes três atores tomassem contato com diagnósticos/ dossiês produzidos por professores por meio da imprensa configura, no mínimo, um grave erro político.

Por último, há um ponto que merece ser discutido com atenção: o alto custo da permanência em Pimentas. Novamente, esta questão está mais relacionada à má gestão do que à localização do campus. Recursos de grande monta estão sendo mobilizados para esta finalidade e, pelo que sei, os insucessos obtidos até então não estão relacionados às restrições orçamentárias. No entanto, se a intenção é zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e, conseqüentemente, avaliar mais cuidadosamente os valores de alugueis e da construção do novo prédio, por que não começar questionando a necessidade de um estacionamento subterrâneo no novo prédio? O custo disso não permitiria efetuar a desapropriação de novos terrenos que poderiam servir de estacionamento no curto-prazo e para a expansão da escola no futuro?

Cabe ainda uma última questão: existe outro terreno maior ou igual ao nosso, com instalações físicas prontas, maior facilidade de acesso e de fixação da comunidade acadêmica em um município onde não haja oferta de cursos de humanas em uma universidade pública? Discutir a mudança do campus no plano teórico, sem uma alternativa viável e sem avaliar a inserção da universidade em um suposto novo território não me parece responsável (socialmente, inclusive).

Em suma, apesar das nossas carências e dos problemas que nos aflige, não há razão para supor que o projeto político-pedagógico da EFLCH seja incompatível com Pimentas ou que o mesmo teria mais sucesso em outra localidade. Portanto, não há porque atrelar a mudança do campus à defesa da qualidade ou, por outro lado, pensar que a permanência em Pimentas nos condenará a ser uma escola de humanidades de segunda categoria. Estes não são os termos do debate!